

Imposto sobre grandes fortunas: solução ou risco para a Economia?

Eduardo Jardim (*)

A proposta de tributação das grandes fortunas será um dos principais tópicos abordados no documento final da Cúpula do G20 Social, marcada para novembro no Rio de Janeiro, conforme anunciou a Secretária-Geral da Presidência da República

O evento reunirá líderes de 19 países-membros, além de representantes da União Africana e da União Europeia.

O tema promete gerar debates acalorados, especialmente à luz de uma pesquisa realizada pela Ipsos, que indica que 68% dos entrevistados nos países do G20 apoiam o aumento de impostos sobre grandes fortunas como uma medida para financiar mudanças significativas na Economia e no estilo de vida. Esse imposto recairia sobre pessoas físicas e entidades com patrimônios elevados, sendo definido como aqueles a partir de R\$ 2 milhões.

Entretanto, essa proposta é considerada complexa devido à sua vagueza e aos riscos que representa para a segurança jurídica. A ideia é similar à proposta "Robin Hood", que visa tirar dos ricos para beneficiar os mais pobres. No entanto, historicamente, a implementação de impostos desse tipo tem gerado preocupações, pois muitas vezes resulta em fuga de capital, em vez de atrair investimentos.

Outro aspecto a ser questionado é a visão de que um aumento na arrecadação levará automaticamente a melhorias nos serviços públicos. A implementação do imposto sobre grandes fortunas pode impactar o cidadão comum, especialmente em relação à criação de empregos, uma vez que ricos poderiam ser incentivados a transferir seus ativos para países com tributação mais baixa, resultando em perda de receita e desencorajando

investimentos.

Um exemplo histórico é a França, durante o governo de François Mitterrand na década de 1980, quando o imposto sobre grandes fortunas levou à migração de capital para a Bélgica.

Em vez de implementar o complexo imposto sobre grandes fortunas, seria mais eficaz tributar de maneira moderada a distribuição de lucros e dividendos e corrigir falhas no Imposto de Renda das Pessoas Físicas, como permitir o abatimento do pagamento de aluguel do lucro tributável. Outra alternativa é o Imposto sobre Movimentação Financeira das contas correntes.

A verdadeira reforma necessária é a redução de gastos e o cumprimento da Constituição. No Brasil, a carga tributária atinge 33% do PIB, em contraste com 26,9% nos Estados Unidos, 27% na Suíça e 28% no Japão, o que evidencia a elevada tributação, mesmo diante da escassez de recursos. O descumprimento do Sistema Constitucional Tributário já foi amplamente debatido, e a alta carga tributária, especialmente sobre o consumo, prejudica os menos favorecidos.

A maioria dos países que instituíram o imposto sobre grandes fortunas, como Japão, Áustria e Suécia, já o revogaram. No Brasil, a proposta tributária patrimônios que já foram taxados, o que é inconstitucional. Além disso, a definição vaga do imposto pode gerar incerteza jurídica e riscos de evasão fiscal. A tributação brasileira, atualmente em cerca de 40%, é considerada excessiva, sendo que o ideal seria em torno de 20%.

Para resolver os problemas fiscais, seria fundamental a implementação do Sistema Constitucional Tributário e a correção das distorções na distribuição dos Fundos de Participação, em vez de criar novos impostos com baixa arrecadação e dificuldades de aplicação.

(*) - É Mestre e Doutor em Direito pela PUC-SP, Professor Emérito na Mackenzie e sócio de Eduardo Jardim e Advogados Associados.

Seis a cada dez pequenos negócios estão na informalidade

O empreendedorismo segue abrindo portas para a reinserção no mercado de trabalho

Sondagem do Sebrae Rio, com base nos dados da Pnad-Contínua, indica que o Brasil tem 66,4% dos empreendedores brasileiros na informalidade e 33,6% têm seus negócios formalizados. No Rio de Janeiro a proporção é semelhante em comparação aos pequenos negócios no país. No estado 68,9% dos negócios são informais, enquanto 31,1% são formais.

"Quando o negócio é formalizado, o empreendedor adquire direitos. Pela falta de informação ou pelo negócio ser embrionário, muitos desconhecem quais são os direitos, benefícios e obrigações. A formalização de uma empresa em MEI, por exemplo, é uma oportunidade para quem deseja sair da informalidade e garantir as vantagens do Seguro Social", alerta Antonio Alvarenga, diretor-superintendente do Sebrae Rio.



No empreendimento informal, 97% atuam por conta própria e apenas 3% empregam pessoas. Esse número aumenta na formalidade, já que 33% são empregadores e 67% trabalham de forma independente. Em relação ao gênero, 70,6% das mulheres são informais e 29,4% são formalizadas. Já os homens 67,9% trabalham na informalidade e 32,1% estão na formalidade.

Mais da metade dos empreendedores informais do estado do Rio está concentrada no setor de serviços (58,9%), seguido do comércio (15,9%), da construção (15,5%), da indústria (6,6%) e agropecuária (3,1%).

"A renda média dos donos de negócios formais fluminenses é quase 3x maior do que a renda das atividades informais. O empreendedor formal adquire benefícios fis-

cais, acessa novos mercados, negocia melhores contratos com fornecedores, tem acesso a crédito diferenciado e garantias previdenciárias", finaliza Alvarenga.

Para ser um microempreendedor individual é necessário faturar até R\$ 81 mil reais/ano, ou seja, em média R\$ 6.750 reais/mês, não ter participação em outra empresa como sócio ou titular e pode ter, no máximo, um empregado contratado que receba um salário-mínimo ou o piso da categoria. O MEI é enquadrado no Simples Nacional e isento dos seguintes tributos federais: Imposto de Renda, PIS, Cofins, IPI e CSLL.

A facilidade para formalizar o negócio está a um clique e é uma oportunidade para quem deseja sair da informalidade. O empreendedor que quer se tornar MEI precisa acessar o (<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>).

Oratória: aprenda a ter uma comunicação clara e consistente

Em tempos de crise, a comunicação eficaz emerge como um elemento crucial para estabelecer e manter a confiança do público em uma organização. A habilidade de transmitir mensagens de forma clara e empática pode ser a diferença entre a manutenção de uma boa reputação ou a perda da credibilidade.

Como ressalta Fernanda de Moraes, Diretora da Voice Care Treinamentos e Palestras, "a comunicação assertiva é a chave para construir vínculos de confiança, especialmente em momentos desafiadores". Essa afirmação destaca a importância de se manter a calma e a empatia durante crises, criando um espaço onde o público se sinta ouvido e compreendido. A transparência nas informações é outro pilar essencial da comunicação em tempos difíceis.

Quando uma organização apresenta incoerências em suas mensagens, pode gerar desconfiança e insegurança. Fernanda complementa: "A falta de clareza nas comunicações pode minar a credibilidade, pois as pessoas percebem quando há algo oculto ou quando a verdade não é totalmente compartilhada". Assim, promover uma comunicação aberta e honesta se torna vital para manter a confiança do público, evitando gestos que possam ser interpretados como falta de sinceridade.

Além disso, a escuta ativa desempenha um papel fundamental na construção de relacionamentos duradouros. Durante crises, ouvir as preocupações e necessidades do público pode abrir portas para um diálogo mais profundo e significativo. Fernanda destaca que "escutar é o novo abraço", enfatizando que a disposição para sair do script e atender às demandas do público é uma forma poderosa de reforçar a imagem da organização.

Em meio a incertezas, é igualmente importante que a comunicação seja clara e consistente. O uso de uma linguagem simples e acessível, evitando jargões desnecessários, pode ajudar a garantir que a mensagem seja compreendida por todos. A clareza na comunicação não só facilita a compreensão, mas também demonstra respeito pelo público. Essa abordagem não apenas promove uma melhor compreensão, mas também reforça a relação de confiança.

As redes sociais, por sua vez, têm um papel decisivo na construção da credibilidade das marcas durante períodos críticos. A consistência nas postagens e a apresentação de dados e resultados tangíveis podem aumentar a confiança do



público. Como Fernanda menciona, "as redes sociais são uma extensão da nossa comunicação, e usá-las de forma estratégica é essencial para fortalecer nossa presença e autenticidade".

Diante de todos esses aspectos, fica claro que a comunicação eficaz é uma habilidade que pode ser desenvolvida e aprimorada. Em tempos de crise, as organizações que investem na construção de uma comunicação empática, transparente e clara estão mais bem preparadas para enfrentar os desafios e manter a confiança do público. A mensagem é clara: em um mundo em constante mudança, a forma como nos comunicamos pode ser a chave para a sobrevivência e o sucesso a longo prazo.

Embora não possamos entrar em métricas específicas, a ideia de estar atento ao feedback em tempo real é como ter um GPS durante uma viagem. Estar atento às reações do público pode informar como navegar em tempos difíceis. Afinal, quem não gosta de saber que está no caminho certo?

Em tempos críticos, líderes precisam de assertividade! A comunicação deles deve ser pautada na confiança, transparência e uma pitada de carisma. O jeito de se expressar, desde a organização das ideias até a linguagem corporal, pode ser o fator que transforma uma mensagem simples em um mantra poderoso.

Em meio a incertezas, uma comunicação clara e consistente é o "feijão com arroz" da credibilidade. Evitar jargões e palavras complicadas garante que a mensagem chegue até o público-alvo de forma acessível e impactante. Usar uma linguagem simples é como oferecer um copo de água fresca em um dia quente! - Fonte e mais informações: (<https://voicecare.com.br/>).